

STF tem até quarta para validar decisão de Dino

Especialista avalia que emendas agora serão destravadas

Por Gabriela Gallo

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) têm até a próxima quarta-feira (5) para julgar a decisão do ministro Flávio Dino e homologar o plano de trabalho que detalha novas providências para dar transparência à execução das emendas parlamentares ao orçamento da União. O caso começou a ser julgado no plenário virtual da Suprema Corte nesta sexta-feira (28). O plano de trabalho sobre as emendas foi elaborado pelo Congresso Nacional, juntamente com representantes do governo federal. A decisão do magistrado já está valendo, mas precisa ser referendada pelo STF.

Ao homologar o plano de trabalho, e encaminhá-lo para julgamento do STF, o ministro Flávio Dino considera que “não subsistem empecilhos para a execução das emendas parlamentares ao Orçamento de 2025, bem como as relativas a exercícios anteriores”, desde que sejam cumpridos os critérios técnicos estabelecidos no plano e em decisões do STF. Ou seja, a decisão destravou as emendas parlamentares que estavam suspensas, e se enquadram nas regras do plano.

Tanto o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), quanto o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), comemoraram a decisão de Dino. “A decisão de aprovar o plano de trabalho das emendas, é resultado dos esforços do Legislativo em dialogar com os demais Poderes. É também um reconhecimento das prerrogativas dos parlamentares. Esses recursos levam mais desenvolvimento e igualdade a regiões que muitas vezes estão invisíveis para o Executivo”, declarou Hugo Motta, por meio de suas redes sociais.

Solução

Ao Correio da Manhã, o advogado Melillo Dinis, membro



Rosinei Coutinho/STF

Dino encaminhou decisão sobre emendas para o plenário do STF

do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), que é um dos autores da ação no STF por transparência na execução orçamentária, avalia que a tendência é que haja uma solução sobre as emendas parlamentares. “A decisão do ministro Flávio Dino mantém os critérios de rastreabilidade e transparência, mas destrava quase tudo daqui para diante e enfrenta as investigações sobre os fatos passados”, destacou Melillo.

Ele ainda ressaltou que as chances do plenário virtual do STF não aprovar o acordo são muito baixas, visto que “Flávio Dino colocou o tema para o plenário após acertar com os demais ministros sobre a sua aprovação”. Todavia, caso isso aconteça, uma “hipótese remotíssima”, todo o caso envolvendo as emendas parlamentares “voltará a estaca zero”.

Pauta

Considerando que o STF aprove a decisão de Dino e as emendas permaneçam liberadas, a expectativa é que isso destrave a pauta no Congresso Nacional e a definição do orçamento da União para 2025. O orçamento estava previsto para ser aprovado no Congresso Nacional em dezembro de 2024, mas teve a

discussão e votação adiadas devido a falta de acordo entre os poderes (especialmente devido à incerteza judicial acerca das emendas parlamentares).

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) prevê votar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2025 em 11 de março. Porém, o relator, senador Angelo Coronel (PSB-BA), relator do orçamento, não considera que o prazo seja suficiente para os parlamentares definirem todos os assuntos pendentes e avalia que o texto deve ser, de fato, votado na semana seguinte, a partir de 17 de março.

Regras

O plano de trabalho determina que nenhuma emenda pode ser efetivada se o parlamentar que fez a indicação, tal como a entidade que vai receber os recursos, não forem identificados. As emendas por transferência especial, as emendas Pix, também somente poderão ser executadas se tiverem um plano de trabalho devidamente apresentado e aprovado.

Já as emendas de bancada e de comissão somente serão liberadas se tiverem a devida aprovação registrada em atas de reunião nas devidas comissões ou bancadas – as atas

também precisam conter a identificação do parlamentar solicitante ou apoiador e o destino dos recursos. Outro impedimento recai sobre emendas destinadas a ONGs que foram objeto de suspensão específica, determinada anteriormente pelo STF, em razão de auditorias da Controladoria-Geral da União (CGU).

Além disso, estarão vetados os recursos destinados para a área da saúde que não forem encaminhados para “contas específicas devidamente regularizadas nos bancos competentes”.

Apesar de não citado diretamente, acredita-se que a exigência visa impedir casos de desvio de dinheiro como no caso da Operação EmendaFast, deflagrada em 13 de fevereiro pela Polícia Federal (PF). A PF investiga desvios de recursos públicos e corrupção. Entre os alvos, está o chefe de gabinete do deputado federal Afonso Motta (PDT-RS), Lino Rogério Furtado. De acordo com a investigação, ele teria destinado ao Hospital Anna Nery, em Santa Cruz do Sul (RS) dois repasses de R\$ 200 mil e um de R\$ 670 mil. Para cada repasse ao hospital, teria recebido um retorno de 6% do valor como propina.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Mario Agra/Câmara dos Deputados

Filho do ex-presidente é deputado federal

Bolsonaristas temem candidatura de Eduardo

Aliados de Jair Bolsonaro temem que, em 2026, o ex-presidente insista em lançar o filho Eduardo, deputado federal por São Paulo, para disputar o Palácio do Planalto.

O medo é tão grande que o assunto chegou até ao pastor Silas Malafaia, um dos pouquíssimos amigos capazes de dar broncas em Bolsonaro.

O Correio Bastidores apurou que até mesmo o

religioso, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, concorda que a rejeição de Eduardo inviabilizaria suas chances de chegar à Presidência.

O problema todo é a dificuldade do ex-presidente de confiar em qualquer pessoa que não seja de sua família. Ainda mais agora — ameaçado de ser processado e preso — teme muito ser traído por correligionários.

Impasse

A situação gerou um impasse. Na avaliação de bolsonaristas, o apoio do ex-presidente é fundamental para qualquer opositorista que queria chegar à Presidência. A questão é saber como evitar que ele opte por uma solução familiar, descolada da realidade política.

Outubro

Partidários de Bolsonaro afirmam que o ideal seria a oposição lançar um nome à Presidência em outubro, um ano antes da eleição. Não há, porém, sequer a certeza de que, até lá, o ex-presidente já terá sido condenado e preso — e ninguém duvida de seu destino.



Ricardo Stuckert / PR

Lula com Tarcísio, ontem, em São Paulo

Para oposição, Tarcísio é o candidato inevitável

Como cantava Jair Rodrigues, a oposição já está na base do deixa que diga, que pensem, que falem — insite que não há outro candidato mais viável à Presidência que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

“O sistema escolheu Tarcísio”, afirma um experiente político do PL.

Para ele e outros colegas, o aumento da impopularidade de Lula estimula o lançamento da candidatura do governador, apesar de suas repetidas declarações de que tentará a reeleição para o Palácio dos Bandeirantes.

A dificuldade será vencer Bolsonaro, que desconfia de Tarcísio e odeia vê-lo ao lado de Lula.

Menos leitos

Em onze meses, aumentou a indisponibilidade de leitos nos institutos nacionais de Câncer e de Cardiologia, ambos no Rio. Em março, em uma das unidades do INCA, 17% dos leitos estavam interditados: ontem, em dois de seus hospitais, os índices eram de 21% e 19%.

Ortopedia

No INC, a falta de vagas subiu de 13% para 17%. Em outro instituto nacional, o de Traumatologia-Ortopedia, houve uma melhoria — os leitos interditados caíram de 16% para 13% do total. Os dados podem ser consultados no Censo Hospitalar, mantido pela prefeitura do Rio.

Sem cama

O censo cita cada leito e, no caso dos interditados, mostra a razão da inatividade. No INCA, há vagas que não podem ser ocupadas por falta de técnicos de enfermagem e de insumos, por manutenção predial e até por uma cama quebrada desde 18 de junho do ano passado.

Zero por cento

Os índices de interdições de leitos nos institutos e nos seis principais hospitais federais do Rio (este, de 19,56%) contrastam com os das redes municipal e estadual, bem menores — de até 0%. A exceção é o Souza Aguiar, da prefeitura (15%), que está em obras.

Moraes sobre os EUA: “Brasil deixou de ser colônia em 1822”

Antônio Cruz/Agência Brasil

Da Redação

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), defendeu a soberania do Brasil e afirmou que o país deixou de ser colônia em 1822. Esse foi o ano no qual D. Pedro I proclamou a Independência, e o Brasil deixou de ser colônia de Portugal. Sem citar os Estados Unidos, o magistrado citou a independência do Brasil e a construção da ONU contra o nazismo.

Moraes deu as declarações durante a sessão plenária da Corte na quinta-feira (27), antes de iniciar o relatório de casos sobre a Lei de Abuso de Autoridade que relata. Ele participou por videoconferência.

“Reafirmo nosso juramento integral de defesa da Constituição brasileira e pela soberania do Brasil, pela independência do Poder Judiciário e pela cidadania de todos os brasileiros e brasileiras, pois deixamos de ser colônia em 7 de setembro de 1822 e, com coragem, estamos construindo uma República independente e cada vez melhor”, disse Moraes.

Rumble

Até então, os ministros do Supremo vinham minimizado



Moraes reagiu às ações do governo dos EUA

as ações tomadas em território americano, desde que a empresa de mídia de Trump, a Truth Social, e a Rumble, plataforma de vídeos, recorreram à Justiça na Flórida para que as ordens do ministro sejam declaradas ilegais.

Sob reserva, magistrados e assessores próximos a eles afirmam que não há impacto significativo sobre a rotina do Supremo e negam grandes preocupações em relação aos movimentos do presidente americano, de aliados e de bolsonaristas no país.

O Comitê Judiciário da Câmara dos Estados Unidos, órgão equivalente no Brasil à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deu andamento a um projeto que visa impedir a entrada no país de autoridades estrangeiras que violem os princípios da Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos, que determina a liberdade de expressão, nos termos do país. Após a decisão, o governo dos EUA fez postagens explicando que Moraes era o alvo prioritário da ofensiva

Moraes diz a interlocutores que não tem o hábito de viajar aos Estados Unidos, não tem bens imóveis ou patrimônio no país e, portanto, não estaria dando muita importância às medidas por não ser afetado por elas.

Os demais magistrados mantêm linha parecida. Até o momento, acompanham o noticiário, mas sem se mobilizarem internamente para pedir uma posição institucional de defesa ou resposta.

Ainda na terça-feira (25), antes da publicação do Departamento de Estado dos EUA, o decano do Supremo, Gilmar Mendes, afirmou em conversa com jornalistas ser extravagante a apresentação de uma ação judicial contra Moraes em um tribunal americano, mas sem grande impacto.

“É algo muito extravagante uma empresa que sofra algum tipo de sanção aqui entrar com ação nos Estados Unidos contra o juiz que tomou a medida. A forma de impugnar as decisões judiciais é impugnar perante a própria Corte que é competente”, disse.

Com Ana Pompeu (Folhapress)